

*Creio haver outra noção que bloqueia a verificação do desaparecimento do autor e que de algum modo retém o pensamento no limiar dessa supressão; com sutileza, ela preserva ainda a existência do autor. É a noção de escrita. Em rigor, ela deveria permitir não apenas que se dispensasse a referência ao autor, mas também que se desse estatuto à sua nova ausência. De acordo com o estatuto que se dá atualmente à noção da escrita, está fora de questão, com efeito, quer o gesto de escrever, quer qualquer marca (sintoma ou signo) do que alguém terá querido dizer; esforçamo-nos por pensar com notória profundidade a condição de qualquer texto, simultaneamente a condição do espaço onde se dispersa e do tempo em que se desenrola.*

*Pergunto-me se, reduzida por vezes ao uso corrente, esta noção não transpõe para um anonimato transcendental os caracteres empíricos do autor. Por vezes contentamo-nos em apagar as marcas demasiado visíveis do empirismo do autor, pondo em ação, uma paralela à outra, uma contra a outra, duas maneiras de o caracterizar: a modalidade crítica e a modalidade religiosa. Com efeito, atribuir à crítica um estatuto originário, não será uma maneira de retraduzir em termos transcendentais, por um lado, a afirmação crítica do seu caráter criador? Admitir que a escrita está, em certa medida pela própria história que ela tornou possível, submetida à prova do esquecimento e da repressão, não será representar em termos transcendentais o princípio religioso do sentido oculto (com a necessidade de interpretar) e o princípio crítico das significações implícitas, das determinações silenciosas, dos conteúdos obscuros (com a necessidade de comentar)? Enfim, pensar a escrita como ausência não será muito simplesmente repetir em termos transcendentais o princípio religioso da tradição, simultaneamente inalterável e nunca preenchida, e o princípio estético da sobrevivência da obra, da sua manutenção para além da morte e do seu excesso enigmático relativamente ao autor?*

O que é um autor?  
Michel Foucault\*

\* Fragmento de *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Passagens, s/d.

## O AUTOR

### Cerimônias de sepultamento e cenários de ressurreição\*

Tereza Virginia Almeida \*\*

O título certamente há de remeter ao já clássico texto de Roland Barthes: "A morte do autor", em que o filósofo alerta sobre a falácia de se buscar no autor a origem do sentido da obra. O alerta se dá na medida em que Barthes se encaminha para uma concepção de escritura em que a produção se confunde com a recepção de outros textos, nem sempre de origem determinada: "Um texto consiste de múltiplas escrituras, vindas de várias culturas (...) mas há um lugar onde esta multiplicidade é coletada, unida, e este lugar não é o autor, como se tem dito até aqui, mas o leitor: o leitor é este espaço em que estão inscritas, sem que nada se perca as citações de que uma escritura consiste", diz Barthes<sup>1</sup>.

A morte do autor enquanto sujeito e origem de um sentido a ser detectado e localizado em nome do surgimento do espaço de um leitor em potencial, sempre adiado em nome mesmo de sua não configuração enquanto sujeito, parece ser nada mais do que um desdobramento dessa trajetória sinuosa pela qual o humanismo chega à noção da morte do sujeito, através das ciências da linguagem, da antropologia e da leitura lacaniana de Freud.

Com Lacan, o homem deixa de ser pensado como o espírito em cujo centro se encontra a origem de seus comportamentos lingüísticos e sociais, para ser concebido como previamente constituído e determinado pela ordem do simbólico que o antecede e que opera através da cadeia significante pela qual o sentido é sempre adiado. O homem deixa assim de ser compreendido como ponto de origem da razão para, através do conceito de inconsciente, definir-se como um ser fadado a afastar-se progressiva-

\* Este trabalho foi apresentado na mesa-redonda *Autor e autoridade discursiva* no Colóquio Internacional *Lugares Textuais*, realizado na UFSC, em março de 1997.

\*\* Professora de Literatura Brasileira na Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>1</sup> BARTHES, Roland. "The death of the author" In: SEARS, S. and LORD, G. W. *The discontinuous universe*. New York: Basic Books, 1972, p. 12.

mente de sua essência, na medida em que sua relação com o mundo é mediada por uma ordem de símbolos: "Pelo que não toma corpo senão por ser o rastro de nada e cujo suporte desde então não pode se alterar, o conceito, salvando a duração do que passa, engendra a coisa (...). O homem fala, então, mas é porque o símbolo o fez homem", afirma Lacan<sup>2</sup>.

A idéia do centramento na figura no autor bem como a idéia de sua morte estão respectivamente relacionadas à prevalência e crise do pensamento humanista. No ápice da valorização do autor está o gênio romântico, o criador original e originador de cuja subjetividade emana a unicidade da obra. O gênio que, segundo Kant, é capaz de criar a partir de conceitos indeterminados. Se é inerente à razão humana encaminhar-se em direção às antinomias em busca da alusão ao irrepresentável, o gênio kantiano é aquele capaz de superar o fracasso do desprazer da irrepresentabilidade através de uma presentificação, alusão àquilo que não se pode, de fato, jamais representar.

Mas ao criador romântico as estratégias de abordagem do texto literário parecem contrapor a própria obra — a estrutura enquanto totalidade, organicidade que se desvincula de seu criador, à qual o tratamento da crítica em sua forma de abordagem de textos acaba por atribuir quase que uma identidade ontológica. Pelo menos é o que me parece quando vejo Umberto Eco afirmar: "Deixem-me dizer-lhes que não tenho o menor interesse pelo autor empírico de um texto narrativo (ou de qualquer texto, na verdade). Sei que estarei ofendendo muitos dos presentes que talvez dediquem boa parte de seu tempo à leitura de biografias". Logo em seguida, Eco dedica-se a explicar didaticamente a leitores iniciantes na ficção que o homem que escreve — o autor empírico — não coincide com a voz de um texto, mesmo que fale na primeira pessoa, esta voz atende, na verdade, sob o nome de narrador. E, ainda, constrói entre o narrador e o autor empírico uma entidade denominada autor-modelo, que mais uma vez, não é pessoa, é um algo que coincide com a duração do texto e que pode atender sob o nome de estilo<sup>3</sup>.

Michel Foucault já abordara o autor, ou melhor, a maneira como se formou e funcionou o conceito de autor. O autor é, para Foucault, antes de tudo, uma função, o autor é aquele elemento de unidade, um lugar em que se anulam as contradições possíveis de existirem entre discursos distintos. Diz Foucault: "o autor é uma espécie de foco de expressão, que, sob formas mais ou me-

<sup>2</sup> LACAN, Jacques. "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise" In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 41.

<sup>3</sup> ECO, Umberto. *Sets passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 19-21.

nos acabadas, se manifesta da mesma maneira, e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, nos fragmentos<sup>4</sup>.

Se o autor se enfatiza, antes de tudo, por sua função, tal como afirmou Foucault, parece que o texto e o leitor adquirem hoje nos estudos literários funções preponderantes já que passam a atuar em papéis centrais na mesma proporção em que o autor se retira de cena, a partir de diversas formas de cerimônias rito-teóricas em que se sepulta a autoridade do ser que escreve e assina a obra literária.

O apreensível tempo da escritura se deslegitima e se dissipa numa temporalidade difusa. Da infinidade de leituras possíveis à indeterminação da origem, a legitimidade da significação se adia na cadeia intertextual que remonta a todo o passado através da memória literária de leitores e comunidades interpretativas e se precipita para o futuro, através das estratégias e leituras ainda por surgir.

Mas na medida em que a morte do autor se dá no e para os estudos literários, encena um processo de desautorização que opera como um deslocamento. Ao desautorizar o autor e ritualizar sua morte em nome da organicidade do texto ou da intertextualidade infinita que descentra irreversivelmente qualquer origem significativa, o crítico e analista literário encena uma tomada de poder.

Desprovido de sentido originário, o texto não mais pertence, passa a ser um território livre a ser preenchido pela competência interpretativa do leitor. Mas não de qualquer leitor. Seja em nome dos limites da interpretação ou da legitimidade de determinadas interpretações, o leitor melhor provido para o domínio do território textual não poderia ser outro senão o próprio estudioso de literatura, senhor que é de uma sofisticação conceitual capaz não só de colocá-lo acima do leitor comum, mas no papel de juiz e canonizador.

Não se trata, entretanto, da demarcação pura e simples de um outro território da autoria, de uma passagem de cetro do autor literário para o autor do texto crítico-literário. A regulação do significado não se dá a partir da prevalência de uma subjetividade, mas sim dentro de uma configuração de autoridade que estabelece formas próprias de regulação e legitimação dentro de uma comunidade. Trata-se de uma autoridade descentrada que atende sob o nome de comunidade acadêmica, em que o que se mostra como evidência significativa não está no autor do texto literário mas na possibilidade de consenso intersubjetivo, embasada pelas próprias estratégias interpretativas legitimadas pelo discurso acadêmico, estratégias estas que na medida em que estão em constante pro-

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, s/d, p. 53.

cesso de transformação a partir do desenvolvimento e da própria dinâmica dos estudos literários, acabam por ser fonte de transmutação dos textos, já que a cada nova estratégia consensualmente legitimada uma gama de textos poderá ser lida sob uma nova ótica e a partir desta adquirir novos significados.

Claro está, creio, que todo o esforço em criar categorias, lugares textuais, como o de autoridade discursiva, ou seja, aquela voz a que o leitor inegavelmente se remete para inferir significado, sem que essa voz se confunda com a de qualquer entidade empírica pertencente ao mundo, todo o esforço em liberar o texto do corpo que o escreveu, e fazer do texto o próprio corpo, provendo sua materialidade de desejos e intenções, todo esse esforço é o de uma neutralização do corpo do autor.

Aqui, entretanto, será possível contrapor a mesma estratégia com que Umberto Eco confronta a idéia da morte do sujeito. Se a pergunta a que o pensamento lacaniano induz é: "Quem fala?" ou "quem pensa por mim?", Eco sobrepõe a seguinte questão à cética trajetória estruturalista: "Quem morre?": "Não será menos cruel do que reduzir o sujeito a um logro, reconhecer que a minha morte é mais importante do que as outras? a nossa do que a deles? aquela de quem vive comigo hoje no mundo, do que a daqueles que morreram mil atrás?"<sup>5</sup>.

A pergunta permite recolocar no mesmo corpo, ainda, senão a verdade duma razão centrada que move gestos e origina ações, pelo menos a falácia, a ilusão deste centro que há igualmente de mover gestos e originar ações, a partir da ilusão de uma unidade que encontra, ainda, seus limites, como a perspicácia de Eco permite abordar, na sobreposição de importância sobre os outros com que um corpo promove a consciência de si.

Será preciso, portanto, sair do corpo do texto para ir em busca desse texto que escreve o romance, que assina o texto ficcional, que ordena, organiza um discurso, comunica-se com convenções discursivas que o antecedem e promove uma representação, seja esta entrecortada ou não por ecos de escritas passadas, a "liberdade lembrante" de que fala Barthes<sup>6</sup>. Não importa: não se trata de abordar um corpo enquanto aporte de subjetividade ou origem significativa, e sim como um corpo que escreve, e que mesmo determinado por uma ordem antecedente de representações e símbolos, é um corpo que morre. Não apenas dessa morte simbólica, mas da morte que lhe destina sua condição de corpo, condição que ao mesmo tempo que lhe designa a possibilidade da escrita, lhe aponta com a inevitabilidade de um silêncio futuro.

<sup>5</sup> ECO, Umberto. "A estrutura e ausência" In: *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 359.

<sup>6</sup> BARTHES, Roland. "O grau zero da escritura" In: *Novos ensaios críticos seguido de O grau zero da escritura*. São Paulo, Cultrix, s/d.

E um corpo sempre se delinea como tal e sobrevive como tal dentro de dadas condições sociais, contextuais, materiais. Entre a escrita enquanto ato e o acontecimento público de uma obra há todo um processo que envolve variáveis bastante complexas, negligenciadas em nome de uma concepção do literário que faz da publicação o momento mesmo do acontecimento estético. Mas a obra tem uma história anterior, uma forma de conexão como o mundo circundante, seu tempo de amadurecimento, sua forma de composição, seu processo de inscrição no sistema literário, sua história de configuração enquanto obra literária determinada por gestos, gestos que não posso conceber sem a idéia de corpo.

Siegfried Schmidt define a literatura como "um sistema social de ações que focalizam fenômenos que, por sujeitos atuantes, são considerados literários de acordo com suas normas e expectativas (as chamadas ações literárias). Os sujeitos estão agindo em papéis que nos sistemas literários têm sido institucionalizados (...) o referente crucial de uma teoria da literatura empírica, diz Schmidt, é o indivíduo socializado (agente). Agentes funcionam em papéis sociais que podem ser vistos como instâncias que correlacionam indivíduo e sociedade"<sup>7</sup>.

Os objetos literários ocorrem como fenômenos demarcados por lugar social que os regula e possibilita. O que equivale a dizer que não há manifestações literárias autônomas, na medida em que a própria valoração de ações enquanto literárias diz respeito à existência de um sistema prévio, do qual participam sujeitos que estabelecem concepções de literariedade a partir de convenções lingüísticas apreendidas de acordo com o papel do literário dentro do sistema comunicacional, sujeitos que participam de uma complexa e intrincada rede de interações sociais para que a literatura se defina e funcione como sistema.

Os textos literários se produzem a partir de processos determinados por condições sócio-culturais de ações em que os significados são construídos a partir de convenções internalizadas e compartilhadas através da interação social. O que está em foco é uma renovada ênfase no papel do indivíduo em relação à literatura, que se afasta consideravelmente da função autor, tal como abordada por Foucault, bem como de qualquer percepção de autoria enquanto espaço legítimo de autenticidade significativa.

A literatura passa a ser concebida como resultado de um conjunto de ações sociais reguladas a partir de determinados mecanismos em relação aos quais os indivíduos exercem papéis diversificados em lugares de produção, processamento, recepção, pós-processamento, etc. Cada um destes lugares possui, é claro,

<sup>7</sup> SCHMIDT, Siegfried. "On writing histories of literature. Some remarks from a constructivist point of view" *In: Poetics*, 14, p. 289.

especificidades, mas enquanto participantes ativos do sistema literário, os mais diferenciados agentes obedecem a estruturas de pensamento a partir das quais seus comportamentos e atitudes revelam conteúdos impessoais, na medida em que transcendem suas configurações enquanto indivíduos singularizados, para revelar a interação com variáveis socialmente compartilhadas, sejam estas concernentes aos papéis sociais que lhes são atribuídos, ou à própria configuração do sistema literário.

Se há um cenário possível de ressurreição para a figura do autor, seja lá que nome venha a se atribuir a este corpo que escreve algo que se denomina, digamos, ficção, este cenário é aquele que se constrói em uma teoria da literatura empírica sob o pano de fundo de uma reflexão em que o campo literário se encaminha para os limites do que pode pensar sobre si mesmo, pelas frestas das determinações que lhe permitem as molduras mentais em que se insere. Este objeto que se coloca como proposta de tema — o romance — não deve ser, então, pensado como algo pertencente a uma autônoma esfera que o articula livremente dentro de uma camada de textualidade. A literatura, campo em que se legitima a discursividade romanesca, é, antes de tudo, produção material resultante da ação humana socializada.

Contra a singularidade do criador, o contexto atual debate-se sobre as regulações sociais que possibilitam a emergência de determinadas obras, da produção de certas escritas. Enquanto ritual da cultura, a escrita ficcional e seu valor se perguntam sobre que campo de invisibilidades se delineaia, pela própria configuração do literário enquanto sistema.

Quando o autor se reafirma enquanto agente, indivíduo socializado, a autoria se torna um lugar e a pergunta parece inevitavelmente desviar-se do rastreamento de assinaturas a que a história da literatura tão bem se dedica para encaminhar-se na direção das fronteiras do literários para indagar: Afinal, "Quem morre?". Somente uma abordagem auto-reflexiva do próprio campo literário pode, então, permitir falar de seus autores invisíveis: os agentes impossíveis e impossibilitados.